

# O Socorro Hispânico às Capitanias Açucareiras do Norte (1624-1640): Tentativas Navais de Recuperação do Brasil holandês\*

*Hispanic aid in Northern sugar captaincies (1624-1640): naval attempts to recover Dutch Brazil*

**Regina de Carvalho Ribeiro da Costa**

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, realiza Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

## RESUMO

No bojo da recente revisão historiográfica sobre os impactos do tempo dos Filipes para o Brasil, o presente artigo revisita temática cara aos trabalhos tradicionais sobre as chamadas “invasões holandesas” a fim de questionar o argumento clássico da incúria metropolitana na defesa do território colonial. Ao conectar a história da União Dinástica e o Brasil Holandês a partir da análise de fontes históricas do período, sobretudo as crônicas e as correspondências, foram recuperadas inúmeras tentativas de socorro hispânico realizadas nas décadas de 1620 e 1630. O envio de esquadras luso-hispânicas e as batalhas navais ocorridas apontam o deslocamento dos cenários de uma guerra, que nasceu continental na Europa, mas avançou sobre o litoral atlântico no século XVII. Assim, o abandono de um território ultramarino jamais fez parte da lógica administrativa de uma monarquia moderna como a dos Habsburgos hispânica.

**PALAVRAS-CHAVE:** União Dinástica Ibérica; Brasil Holandês; armadas hispânicas; batalhas navais; poder naval

## ABSTRACT

*In the recent historiographical review about the impacts of the Philips' time for Brazil, this article revisits the theme of traditional works on the so-called “Dutch invasions” in order to question the classic argument of metropolitan neglect in the defense of colonial territory. By connecting the history of the Iberian Dynastic Union and Dutch Brazil from the analysis of historical sources of the period, especially the chronicles and correspondences, numerous Hispanic aid efforts made in the 1620s and 1630s were recovered. The sending of Luso-Hispanic squadrons and the naval battles that occurred point to the displacement of the scenarios of a war, which was began continental in Europe, but advanced on the Atlantic coast in the 17th century. Thus, the abandonment of an overseas territory was never part of the administrative logic of a modern monarchy like the Hispanic Habsburgs.*

**KEYWORDS:** Iberian Dynastic Union; Dutch Brazil; Hispanic armed forces; naval battles; naval power

---

\*Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2021 e aprovado para publicação em 15 de maio de 2021.  
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 17, nº 33, p. 29-52 – 2021.

## **INTRODUÇÃO**

Como um capítulo da História Moderna Europeia, a dominação neerlandesa do Brasil seiscentista está diretamente relacionada aos eventos da Guerra dos Oitenta Anos, da União Ibérica e da independência e formação das Províncias Unidas dos Países Baixos. Do ponto de vista bélico, é nítida a mudança no cenário de uma guerra que começa exclusivamente continental, ultrapassa as fronteiras terrestres e chega, no século XVII, a se desenvolver nos mares.

Por meio do envio de esquadras, as chamadas invasões perpetradas por neerlandeses<sup>1</sup>, bem como por demais potências europeias, aos territórios que eram, a princípio, ibéricos, implicou, principalmente, o transbordar de guerras que não se restringiam mais apenas ao ambiente europeu. Foi o que aconteceu no caso específico da Guerra dos Oitenta Anos até seu desenrolar atlântico com a conquista de territórios americanos.

No início do século XVII, os neerlandeses passaram a cobiçar os domínios coloniais espanhóis, no Oriente e no Atlântico, preparando-se para sua conquista. Em termos historiográficos, as investidas marítimas neerlandesas nos territórios coloniais foram motivadas por razões variadas, não apenas econômicas, mas principalmente políticas e religiosas.

Interpretação corrente sobre a perda dos territórios da América portuguesa na historiografia é representada por Charles Boxer (1961, p. 21), segundo o qual, ainda que ocupando uma posição subalterna no conjunto dos domínios hispânicos, a derrota no Brasil terminaria por enfraquecer a Coroa espanhola, no conjunto. Neste sentido, o argumento clássico que justifica a progressiva perda do território das capitanias açucareiras do Norte desde 1630 para os flamengos foi o da incúria metropolitana na defesa do Brasil.

Em se tratando da União Ibérica, a historiografia tradicionalmente acusou a Monarquia Hispânica de descuido ou negligência com o ultramar português (VARNHAGEN, 1981; BOXER, 1961; WÄTJEN, 2004). O marco zero das tradições historiográficas brasileiras sobre a temática é a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857), quem lastima profundamente a União Ibérica, inaugurando a ideia de que os habsburgos pouco fizeram para defender a costa brasileira, priorizando os territórios da porção hispano-americana mais antiga, por onde vinha a prata do México e do Peru.

Contudo, a acusação da incúria madriena não tem origem na construção historiográfica sobre o período e é mais antiga que a obra de Varnhagen. Como demonstrou Kleber Clementino da Silva (2016), trata-se de um discurso presente nas próprias fontes do período, que compunham relatos da guerra, e que aparecem no século XVII, sobretudo no período da Restauração portuguesa, isto é, na década de 1640, como os escritos de Duarte de Albuquerque Coelho (1981) e Francisco de Brito Freire (2001).

De acordo com o historiador, discursos encomiásticos sobre a América, tais como os elaborados por Sebastião da Rocha Pita (1976) e Domingos Loreto Couto (1981) no século XVIII, tenderam a recusar explicações providencialistas para a conquista holandesa, como a esboçada por Raphael de Jesus (1844), para culpar o descaso dos Filipes ou do valido de Filipe IV, D. Gaspar de Guzmán y Pimentel, o Conde-Duque de Olivares, na defesa da região (SILVA, 2016, p. 55).

Analisando as fontes do período de agregação da Coroa portuguesa à Monarquia dos Habsburgos, recentemente, os historiadores têm enfatizado os mecanismos de dominação que permitiam aos hispânicos centralizar a administra-

ção de tão vasto território (BOUZA ÁLVAREZ, 2000; VALLADARES, 2001; ELLIOT, 2002; RUIZ, 2002; FERLINI, 2010; MEGGIANI, 2014; RICUPERO, 2014; SANTOS PÉREZ, 2016; VAINFAS, 2017).

Partindo de tais estudos, o presente trabalho visa demonstrar a relevância do envio dos socorros hispânicos nas décadas de 1620 e 1630 a fim de relativizar o tradicional argumento da incúria metropolitana na defesa do Brasil em face das investidas neerlandesas. Deslocando o cenário de uma guerra europeia que ganha feições coloniais a partir do século XVII, é possível contabilizar as tentativas navais de recuperação do território.

Se a Monarquia Hispânica não conseguiu conter o avanço neerlandês na década de 1630, também não é possível afirmar, de todo, que houve descaso metropolitano com o território da antiga América portuguesa. A análise das fontes históricas do Brasil Holandês aponta que houve socorro hispânico às capitânicas açucareiras mesmo quando os Habsburgos lidavam com delicadas questões intraeuropeias.

### **O CENÁRIO EUROPEU DE UMA GUERRA CONTINENTAL**

Para entender o “Brasil Holandês”, é preciso recuar até o século XVI, no contexto da Guerra dos Oitenta Anos, conflito desenrolado entre 1568 e 1648 e que opôs a Espanha Católica e as províncias calvinistas dos Países Baixos em cenário, a princípio, europeu. O conflito hispano-neerlandês tem origem na mudança no trono da Dinastia dos Habsburgos, do Imperador Carlos V – Carlos I de Espanha –, que abdicou em 1556, em favor de seu filho, coroado Filipe II, cujos domínios abarcavam, ainda, as ilhas mediterrânicas da Sicília e da Sardenha, partes da península itálica, como Milão e o reino de Nápoles, as colônias hispano-americanas e as dezessete províncias dos Países Baixos.

De acordo com Henry Méchoulan (1992, p. 16-17), “Defensor da honra de Deus e cativo de uma mentalidade missionária”, Filipe II misturou a defesa do catolicismo com a grandeza da Monarquia Espanhola e ignorou os laços entre o dinheiro e a liberdade, tão preservados por seu pai nas relações com as províncias do Norte. Isto porque Filipe II herdou parte das dívidas acumuladas pelo pai (CARANDE, 2000), seja como imperador do Santo Império, seja como rei de Espanha, as províncias neerlandesas figuravam entre os grandes provedores fiscais do tesouro espanhol, graças à intensa atividade comercial, cujo centro era, então, Antuérpia.

A “eficiência policial”<sup>2</sup> de Filipe II gerou forte oposição de certas casas provinciais, a exemplo da Casa de Orange, indignando a nobreza, a burguesia mercantil e a população. Segundo Méchoulan (1992), a rebelião foi desencadeada pelo atentado da Coroa dos Habsburgos contra as liberdades e os privilégios. Um movimento rebelde plurissocial que mesclava fundamentos políticos, econômicos e religiosos, sob a liderança de Guilherme de Orange.

De acordo com Jonathan Israel (1995), a guerra de independência relaciona motivações econômicas, divergências políticas, hesitações religiosas e configurações sociais, no seio das províncias rebeldes. O historiador demonstra que a formação das Províncias Unidas foi um processo complexo que não se pode reduzir a uma guerra neerlandesa contra a intolerância religiosa e a pressão fiscal da Monarquia Espanhola (ISRAEL, 1995, p. 169-230).

A separação entre os revoltosos ocorreu em 1579, quando as dez províncias do Sul, assinaram a paz de Arras, decidindo reconciliar-se com Filipe II. Enquanto isso, as sete províncias do Norte formaram a União de Utrecht como República Con-

federada sob a Casa de Orange-Nassau (SCHAMA, 1992). Assim, Holanda, Zelândia, Frísia, Utrecht, Gueldria, Groninga e Over-Yssel passaram a integrar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos<sup>3</sup>, em 1588, quando os Estados Gerais – o “parlamento confederal das sete províncias” (MELLO, 2010, p. 13) – decidiram pela não concessão da soberania a príncipes estrangeiros, prometendo ajuda mútua e respeito aos estatutos e às liberdades tradicionais.

De acordo com Simon Schama (1992, p. 76), neste processo, os neerlandeses enfrentaram duas resistências simultâneas: contra o Absolutismo e contra o oceano. De modo que a guerra de independência da República ocorreu paralelamente a um difícil período de luta contra mar, cujo triunfo sobre a calamidade, usado como sinal da graça divina, constituiu fator determinante na formação de uma “cultura holandesa”.

Seja como for, a Guerra dos Oitenta Anos constituiu episódio crucial da história moderna<sup>4</sup>, caracterizada, segundo Méchoulan (1992) como a “primeira revolução moderna”, quando províncias diversas em matéria de religião, língua e cultura rebelaram-se contra seu suserano hereditário, numa contestação que mesclou não somente questões militares e econômicas, bem como religiosas e políticas.

Institucionalmente estruturada ainda em 1579, nos estatutos da União de Utrecht, é possível afirmar que a República estava econômica e politicamente consolidada no início do século XVII, ao passo que a Espanha, militarmente, não estava capacitada para derrotar as províncias, sobretudo após a derrota da Invencível Armada, em 1588. Enquanto as Províncias Unidas se estruturavam, a Coroa castelhana alcançou o seu apogeu, mas sofreu derrotas que preludiaram um declínio irreversível. A resistência neerlandesa foi, aliás, um fator decisivo para o declínio

castelhano, pois exigiu dos Habsburgos espanhóis investimentos consideráveis.

No período da União Dinástica, Castela ampliou seus domínios, seja na Península Ibérica, seja no ultramar. Isto porque, em 1580, anexou o reino de Portugal, o último que faltava anexar para que o rei de Castela reinasse sobre toda a Península Ibérica. A anexação de Portugal tem a ver com a derrota de D. Sebastião, filho de D. João Manuel com D. Joana de Áustria, sobrinho do Rei D. João III, morto em 1557.

Segundo Jacqueline Hermann (1998, p. 94), os documentos jurídicos portugueses demonstraram a existência de uma verdadeira cultura bélica. A intervenção no Norte da África não parece ter sido, de todo, novidade. Em 1578, o corpo do rei português desapareceu na Batalha dos Três Reis, conhecida no Ocidente como Batalha de Alcácer Quibir<sup>5</sup>, responsável pela grave crise sucessória fruto da vacância no trono português.

A sucessão de D. Sebastião pelo seu tio, último da Casa dos Avis, o Cardeal D. Henrique, em 1578, foi curta, falecendo sem nomear sucessor e pondo fim a Dinastia de Avis. Então, disputas sucessórias entre Filipe II, D. Catarina de Bragança e D. Antônio pelo trono português foram iniciadas. Ao abordar a questão jurídica da crise dinástica, Mafalda Soares da Cunha (1997, p. 552) explicou que as contendas só findaram quando Filipe II, rei da Espanha e, por ser filho de D. Isabel de Portugal, neto de D. Manuel I, o Venturoso, apoderou-se do trono e do império colonial português<sup>6</sup>, unindo as duas Coroas.

De fato, a União Dinástica deu à Monarquia Habsburgo várias possibilidades, não somente de extensão metropolitana, mas principalmente das possessões ultramarinas. A União das Coroas foi realizada sob o regime de agregação, segundo o qual Portugal passava a integrar a Monarquia plural dos Habsburgos na condição

de reino herdado, garantindo a tradição de exclusivismo reinícola fixado nos privilégios do Estatuto de Tomar de 1581, o qual remonta aos Artigos de Lisboa de 1499 (HERMANN, 1998, p. 192).

Na prática, Portugal estava sendo agregado a uma Monarquia Composta, uma das principais organizações políticas do século XVI (ELLIOT, 2002, p. 69). Segundo John Elliot (2002, p. 71-74), a preocupação com novas aquisições territoriais moveu os monarcas modernos no sentido de dominar Estados Compostos, dentro dos quais coexistiam unidades territoriais e jurisdicionais menores e distintas. Por isso, as Monarquias Compostas geravam um “sistema patrimonial de acesso a cargos” (ELLIOT, 2002, p. 74).

Para Fernando Bouza Álvarez (2000, p. 24), o Portugal do tempo dos Filipes consistiu em uma operação aristocrática de identificar as liberdades do reino com os privilégios das elites territoriais<sup>7</sup>, o que significou uma estreita aliança entre a Coroa e a nobreza. A União Dinástica de Portugal e Castela durou sessenta anos, período no qual três Filipes reinaram: Filipe II de Espanha (1580-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1640). Entre 1580 e 1640, portanto, as capitânicas açucareiras estavam sob administração hispânica.

Compreender o significado do período da União Dinástica para o Brasil Holandês é um dos objetivos do presente artigo. Foi Stuart Schwartz (1968) um dos primeiros historiadores a reclamar da carência de estudos sobre os impactos da União Ibérica para o Brasil. Desde Raymundo Faoro (1975), a historiografia não problematiza muito o período da União Ibérica<sup>8</sup>. Apenas nas últimas duas décadas as pesquisas avançaram na temática<sup>9</sup> (VAINFAS, 2017).

Seguindo a linha inaugurada por Vera Ferlini (2010, p. 65), que recortou o período das décadas de 1630 e 1640 para indicar o despertar da consciência da dominação

espanhola, na metrópole portuguesa, em meio aos esforços de defesa do território contra os inimigos herdados de Espanha, na colônia, a pesquisa que se apresenta está centrada nas décadas de 1620 e 1630 para investigar o envio de socorro hispânico para o território da América portuguesa sob ameaça neerlandesa, revisitando o argumento da incúria metropolitana em face da invasão neerlandesa.

### **AMEAÇA NAVAL NEERLANDESA AO PODERIO ULTRAMARINO IBÉRICO**

Era tempo da chamada União Ibérica, iniciada em 1580, mas nem por isso os neerlandeses deixaram de atacar e conquistar diversos portos, fortalezas e feitorias do império espanhol no Oriente, outrora dominados por Portugal, desde a fundação da Companhia das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, VOC), em 1602. A guerra europeia ultrapassava a barreira continental e ganhava os oceanos como cenário principal.

O resultado das malfadadas investidas do monarca espanhol foi mesmo o fracasso da Espanha, que sofreu a terceira bancarrota, segundo Méchoulan (1992, p. 34): “A formidável e frágil hegemonia espanhola desmorona quando ele [Filipe II] morre a 13 de setembro de 1598”. Na realidade, a Holanda esteve à frente das províncias na expansão territorial, despontando como uma potência marítima europeia a partir de 1598 (BOXER, 1961, p. 1).

De início, os neerlandeses direcionaram a expansão para o Índico, com a fundação da VOC, graças à qual conquistaram as Ilhas Molucas em 1605, o que concedeu estratégico acesso às especiarias (VAINFAS, 2010, p. 85). De acordo com Charles Boxer (1961, p. 3-7), o sucesso das captações da Companhia das Índias Orientais esteve em romper com o monopólio ibérico.

Após mais de quarenta anos de sangrenta luta, Províncias Unidas e Espanha estabeleceram uma trégua em 1609, assinada forçosamente por Filipe III, filho de Filipe II. Como a trégua não incluiu os territórios a leste do Cabo de Boa Esperança, a VOC conquistou em 1619 Jacarta, atual capital da Indonésia, berço da então chamada Batávia. Entre 1609 e 1621, ou seja, durante a trégua, a movimentação dos neerlandeses foi desenvolvida nos mares asiáticos, embora isso não signifique que suas atividades no Atlântico tenham sido nulas.

Quanto à Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*, WIC), criada em 1621, Evaldo Cabral de Mello (2010, p. 14) suspeita ter sido fruto de iniciativas de comerciantes calvinistas vindos dos Países Baixos espanhóis depois da reconquista de Flandres e do Brabante, fugindo do catolicismo reinante por volta dos anos de 1580. O projeto de Willem Usselinx (1564-1647), que combinava comércio e religião, foi desengavetado com o fim da trégua, como resposta aos embargos comerciais impostos às transações neerlandesas com Portugal e Brasil, retomando o conflito com a expansão militar.

Nesta fase seiscentista, a guerra hispano-neerlandesa se prolongou no além-mar, primeiro no Índico, a partir dos anos 1600, e logo no Atlântico, desde a década de 1620. A política ultramarina neerlandesa foi coerente, como considerou Alberto da Costa e Silva (2002, p. 464-465), ao demonstrar que, em 1624, preparavam-se para investir na Bahia açucareira e em Luanda, simultaneamente. Os neerlandeses logo perceberam a importância da África para a estruturação de seu império atlântico, como destacou Costa e Silva (2002, p. 460): “[...] souberam desde cedo que o escravo era, depois do ouro, a grande mercadoria”.

Para substituir os portugueses no controle da produção e monopolizar o

lucrativo comércio açucareiro da época, foi preciso aos neerlandeses, mais que a simples vontade, senão um volumoso investimento de capital e a superação de objeções religiosas. Contudo, “Não demoraria muito para que as necessidades da indústria açucareira no Brasil pusessem fim de vez aos escrúpulos e até estimulassem os teólogos e juristas dos Países Baixos a construir toda uma doutrina para justificar a escravidão e o comércio de escravos” (SILVA, 2002, p. 462).

A chegada da guerra hispano-neerlandesa à América ocorreu na escolha do Brasil como alvo, segundo Wolfgang Lenk (2013, p. 29), em decorrência da dualidade dos objetivos das companhias modernas (razão de Estado e regime do capital). “Definido o Brasil como alvo da empresa, o assalto começaria pela sede do governo-geral, a Bahia, cabeça e praça de armas geral para a conquista e conservação de tudo o mais.” (LENK, 2013, p.35). Ainda em dezembro de 1623, os neerlandeses enviaram expedição comandada pelo Almirante Jacob Willekens acompanhado pelo Vice-Almirante Peter Heyn e pelo Coronel Jan van Dorth.

Na clássica narrativa das “invasões holandesas”, em maio de 1624, Salvador capitulou e o governador Diogo de Mendonça Furtado, ainda que prevenido<sup>10</sup>, foi feito prisioneiro. Entre os lucros, os vencedores arrecadaram 3.900 caixas de açúcar e muita madeira de tinturaria, além da garantia da segurança de vida e propriedade concedida aos habitantes. Porém, foi uma conquista efêmera, pois, no ano seguinte, uma poderosa esquadra ibérica recuperou o território.

Nesta narrativa, cabe acrescentar duas questões: o contato neerlandês não se iniciou com esta que é considerada a “primeira invasão holandesa”, em 1624, tendo ocorrido anos de atividade corsária no litoral americano bem antes até da

fundação da WIC; e a armada hispânica que restaurou a Bahia em 1625 não foi a única enviada por Madri para socorrer o território que os neerlandeses tentavam conquistar, indício de que havia guerra também nos mares.

Como argumento da primeira questão apresentada, no bojo de uma história conectada, as recentes pesquisas do José Manuel Santos Pérez (2016) apontaram a intensa atividade naval no litoral da América portuguesa desde o início do século XVII. A presença neerlandesa no Brasil pode ser vista, assim, como um laboratório de história comparada na medida em que a invasão de 1630 foi precedida de muitos anos de presença neerlandesa no Brasil.

Há notícias de esquadras neerlandesas em Salvador já em agosto de 1604, com o ataque da frota enviada pelos Estados Gerais neerlandeses sob o comando de Paulus van Caerde (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 146). No episódio, sete grandes navios de guerra foram apresados imediatamente por onze caravelas e duas urcas que estavam ancoradas no porto. Santos Pérez (2016, p. 146-147) explica que as informações chegaram a Lisboa em outubro daquele ano, quando o rei Filipe III de Espanha (II de Portugal) proibiu as urcas dos “rebeldes holandeses”, à época em guerra pela sua independência, nos territórios da Monarquia, incluindo a América.

Para o historiador, a penetração dos neerlandeses nos territórios atlânticos da Monarquia Hispano-Portuguesa não foi apenas militar ou por atividade corsária, mas se materializou de inúmeras formas, tais como: a presença de comerciantes nos portos; de colonos em fortes construídos em pontos do território Habsburgo; de possíveis informantes ou espiões à procura de informações sobre a região; de marinheiros, viajantes, pessoas de diferentes estratos sociais; entre outras (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 147).

Nesta linha, Christopher Ebert (2008) estudou o comércio do açúcar ultrapassando a tradicional ideia do confronto. O historiador demonstra que os interesses neerlandeses e hispano-lusos eram interligados em espécies de redes “interimperiais”, formadas por pessoas de origem portuguesa, neerlandesa, inglesa, italiana, entre outras. Que alteravam as estratégias frequentemente para se livrar dos entraves impostos pelos Estados Modernos. Para Ebert (2008, p. 45), parte importante dos comerciantes que participavam dessas redes era cristão-novo.

Neste sentido, Santos Pérez (2016) defende a intensa relação comercial dos neerlandeses no Brasil antes das chamadas invasões. O historiador calcula que, entre 1587 e 1599, mais de 100 embarcações que transitavam pelas rotas do comércio do açúcar eram neerlandesas. (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 150). Para Rafael Ruiz (2002), a presença neerlandesa no Brasil fazia parte de uma nítida estratégia dos Estados Gerais para conquistar Potosí.

Em finais do século XVI, há neerlandeses participando da produção de açúcar em Pernambuco e São Vicente. Para Santos Pérez (2016, p. 151), este comércio combinava estratégias legais (licenças das autoridades e respeito às normas de pagamento de impostos para as alfândegas) e ilegais (rota direta do Brasil para os Países Baixos, ações de pirataria, às vezes financiadas pelos próprios comerciantes). Nesse tempo, a estratégia da Coroa se plasmava nos embargos contra os negócios dos neerlandeses (1585, 1591 e 1598) e na proibição para residência de estrangeiros em territórios além-mar (1605) (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 154).

A este respeito, Israel (1995, p. 58-60) havia apontado o peso dos embargos hispânicos no sistema econômico das Províncias Unidas no início do século XVII. Vale lembrar, como pontuou Leonardo

Dantas Silva (2011, p. 174), que a guerra de corso era uma prática muito comum nos mares modernos, chegando a apresiar uma média anual de 35 navios na rota do Brasil no início do século XVII, que causavam prejuízo à Coroa de, aproximadamente, 120 toneladas de açúcar, além de tabaco, algodão, peles e pau-brasil.

Deste modo, a historiografia vem demonstrando a permanente ameaça neerlandesa nos territórios ultramarinos ibéricos. Santos Pérez (2016, p. 155) mencionou, também, a imponente frota enviada, em 1599, à América. Composta por 75 barcos e 8.000 soldados e marinheiros sob o comando do Almirante Pieter van der Does, a esquadra neerlandesa teria alcançado a cidade de Las Palmas, nas Ilhas Canárias, mas antes de atingir a Ilha de São Tomé, foi infestada por uma epidemia, provavelmente de malária, o que obrigou seu retorno à Europa.

É possível acrescentar, ainda, a esta lista das atividades neerlandesas na costa, certo plano para invasão de Pernambuco com três navios, 500 soldados (flamengos, franceses, ingleses e holandeses) e 80 peças de artilharia, que foi descoberto em 1607 pelo capitão-mor Alexandre de Moura (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 156-157). A esquadra cruzou o Equador, mas, devido a um motim, foi obrigada a regressar. Na avaliação de Santos Pérez (2016): “Se as invasões dos anos 1624 (Salvador) e 1630 (Recife) não ocorreram antes foi mais graças à sorte, aos elementos meteorológicos e naturais (doenças, etc), ou à desorganização das frotas neerlandesas do que à efetividade das escassas forças navais hispano-lusas” (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 155).

### **ARMADAS HISPÂNICAS DE SOCORRO AO BRASIL HOLANDÊS**

Em relação à segunda questão a ser discutida, isto é, que a armada de socorro à Bahia não foi a única enviada pela

Monarquia Hispânica, faz-se necessária a análise detalhada das esquadras hispânicas enviadas nas décadas de 1620 e 1630. Antes mesmo ao envio de esquadras por parte da Espanha nestas décadas, Alírio Cardozo (2011, p. 317-338) explicou que as ameaças neerlandesas foram respondidas pela inclusão dos índios no sistema de defesa, pela conquista da região norte e fortalecimento da costa e pelo controle dos cristãos-novos suspeitos.

A partir da década de 1620, sobretudo com a fundação da WIC, o objetivo da intervenção militar neerlandesa se modificou, pretendendo apropriar-se da produção açucareira em si mesma, sem se contentar apenas com sua comercialização (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 171). Lenk (2013, p. 39) esclareceu a mudança de estratégia com a invasão de Salvador: “A Baía de Todos os Santos, por tão larga que é sua barra, já fora vítima de pirataria em diferentes ocasiões – nunca, porém, fora assediada por uma grande força militar que buscasse se estabelecer no território.” Santos Pérez (2016, p. 175) percebe esta intervenção como o início de uma nova fase da Guerra de Flandres, que visa ao controle e à defesa por parte da Coroa espanhola e das Províncias Unidas.

Antes de prosseguir, é importante ponderar a crítica que Evaldo Cabral de Mello (2007) faz, ao iluminar as táticas e estratégias locais que configuravam a “guerra brasílica”<sup>11</sup>, à vertente interpretativa que analisa o conflito a partir de um ponto de vista exclusivamente europeu. No entanto, se o objetivo do presente artigo é analisar a defesa naval hispânica dos territórios do Brasil<sup>12</sup>, será preciso seguir na análise sob o prisma metropolitano.

Desta perspectiva, deve-se considerar não apenas o avanço neerlandês sobre os territórios ultramarinos, como também o envio de esquadras ibéricas de socorro, como um sintoma da transferência do

contexto bélico do continente europeu para os mares que levam às colônias ultramarinas. Se a guerra não foi de todo naval, pois se ancorou em outros ambientes terrestres (continentes americano e africano) para além do europeu, é significativo que houve uma forte difusão do conflito pelo mar, não raro ocorreram batalhas navais.

Em todo caso, importa definir “armada” segundo as fontes da época moderna. Segundo o *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau (1728, v. 1, p. 497), “armada” fazia referência a “exército no mar” ou a “navios de guerra armados”. Deste modo, é ressaltado o caráter naval, abarcando desde as poderosas reuniões de esquadras de grande porte em “armadas navais” até as empresas de menor monta de “armadas pequenas”. É com base nessa definição alargada própria do verbete à época, conservada a acepção de força naval, que as chegadas de frotas luso-hispânicas em socorro ao território português conquistado pelos neerlandeses foram caracterizadas como armadas na listagem que se segue.

A partir desta definição, a primeira armada hispânica após a chamada invasão remonta ao socorro da Bahia. A famosa “Jornada dos Vassalos”, decidido contra-ataque espanhol, foi enviado em fevereiro de 1625 por Madri, sob o comando do Almirante D. Fradique de Toledo Osório. Tratou-se de uma armada luso-apolitano-castelhana, composta por 12.566 homens e 1.185 bocas de fogo.

Na análise de Silva (2016, p. 86), o episódio catalisou os primeiros relatos da guerra neerlandesa. Recusando o designativo de “crônica”, o historiador apontou para dezenas de “relações” portuguesas e espanholas, escritas à época e impressas nos domínios filipinos. Nestas relações de sucesso, muitas anônimas, que recortam lances memoráveis e trazem testemunhos

de soldados, sacerdotes e oficiais, sobressaem as primeiras narrativas históricas do período que alardeavam o desfecho glorioso da empresa restauradora (SILVA, 2016, p. 86).

Por isso, rejeita-se a ideia da passividade de Madri frente às conquistas neerlandesas no Brasil, de início, nas fontes da época. É possível inferir que, quando a notícia da queda da capital chegou à metrópole, houve uma reação por parte do governo espanhol. Charles Boxer (1961, p. 34) comentou sobre o potencial ofensivo desta armada como “sendo a maior e a mais poderosa de todas as esquadras que haviam cruzado a linha equatorial até então”.

Na consideração de Hermann Wätjen (2004, p. 90), a Bahia foi restituída pelos espanhóis “quase sem luta séria”, devido ao reduzido número de neerlandeses. Boxer, porém, recupera o embate das esquadras nesta batalha que, somado ao levante dos moradores, ficou conhecida por “expedição dos vassalos” ou “jornada dos vassalos” (BOXER, 1961, p. 34). Para o comandante Toledo Osório, a empreitada foi mais fácil do que supunha (BOXER, 1961).

Apesar da julgada facilidade do combate, convém recuperar a chegada do reforço neerlandês em 1625, pouco comentado na historiografia. Foi Frei Vicente do Salvador (1965) quem testemunhou a nova esquadra vinda dos Países Baixos com destino à Bahia quase um mês após a expulsão. Isto significa que, pelo mar, chegavam reforços tanto hispânicos quanto neerlandeses, afinal, conforme asseverou Lenk (2013, p. 78), era um tempo de conflito iminente.

Na descrição do Frei Vicente de Salvador, a nova esquadra era formada por 34 naus: “quinze grandes do estado, e as mais de frete, e assim eram as duas capitânias, que às duas horas da tarde entraram todas enfiadas umas trás outras” (SALVADOR, 1965, p. 499). No entanto, D.

Fradique ordenou que “não pelejassem até não chegarem às capitânicas” (SALVADOR, 1965, p. 499), o que desmantelou a armada que retirou de volta a Amsterdã.

Após o malogro na tentativa de conquista da Bahia, mantiveram-se os navios neerlandeses no mar, saqueando e capturando outros navios. Foi a partir das informações extraídas em cartas interceptadas nos navios ibéricos que a WIC decidiu seu novo alvo: Pernambuco. De acordo com Boxer (1961, p. 45), as informações estavam em cartas interceptadas do governador Matias de Albuquerque que continham dados sobre as fortificações de Olinda e de Recife, a milícia local, a quantidade de engenhos e os lucros do açúcar.

A respeito destas informações, a *Memória* do brabantino Adriaen Verdonck foi enviada aos neerlandeses por volta de 1630. Segundo o editor José Antônio Gonsalves de Mello (1981, p. 33-46), Verdonck vivia desde 1618 no Brasil Colonial, após residir sete anos em Portugal. O brabantino conhecia o bastante do território pernambucano, sobretudo da área açucareira e das policulturas e pecuárias que abasteciam aquela região<sup>13</sup>.

Foi um espião neerlandês que detalhou a economia açucareira do Brasil, preciosas informações fornecidas ao Conselho Político do Recife em 1630, capazes de direcionar a conquista para os pontos centrais das capitânicas do Norte. Por conseguinte, chamou a atenção a capacidade de produção de açúcar pela capitania, “a mais próspera do império colonial português” (BOXER, 1961, p. 44), que estaria com a sua defesa desmantelada.

A riqueza adquirida com saques e pirataria financiou a nova empresa de colonização: “[...] esperava-se que Pernambuco, por ser capitania donatária, e não pertencer diretamente à Coroa, não receberia de Filipe IV a mesma atenção que a Bahia” (LENK, 2013, p. 59). No entanto, o segundo

socorro expedido por Madri ocorreu pelo envio de um general para coordenar a resistência portuguesa em Pernambuco, tão logo as informações chegaram a Corte.

Matias de Albuquerque desembarcou em outubro de 1629 nas proximidades de Recife, incumbido pelo Conde-Duque de Olivares para preparar e comandar a defesa da capitania. Se talvez seja discutível o enquadramento desta esquadra como uma armada efetivamente, por ser incomparavelmente menor às forças enviadas em 1625 sob o comando de Toledo, ao menos pode-se perceber como segundo socorro hispânico o envio do comandante-general Albuquerque.

Ao chegar ao Brasil, Albuquerque tratou de melhorar as fortificações de Pernambuco, de Itamaracá, da Paraíba e do Rio Grande, erguer novas posições estratégicas e exercitar novos recrutas (WÄTJEN, 2004, p. 100), arranjos que só foram possíveis graças ao atraso da partida de Loncq. Neste tempo, informou Frei Manoel Calado (2004) sobre a conquista do território:

Ficaram os holandeses senhores da vila e do Recife e começaram a saquear tudo com grande desaforo e cobiça. [...] E suas naus entravam para dentro do porto, algumas, ficando as outras ao largo, e desembarcando a gente trataram de se fortificar e preparar, como quem estava em terra alheia e desconhecida. (CALADO, 2004, p. 27-28)

A princípio, o comandante português contava com 200 soldados e 650 milicianos, mas percebeu que os moradores estavam bastante apáticos com o que estava por vir. Graças aos seus esforços, Albuquerque conseguiu arrebatar mais uns 2.000 homens, segundo cálculo de Boxer (1961). Apesar do empenho, os contemporâneos sentiram a falta do envio de uma armada tão poderosa para restaurar

a capitania quanto a que fora enviada para a defesa da Bahia.

De acordo com Boxer (1961), a Monarquia Hispânica passava por dificuldades na década de 1630, requisitando de Lisboa a cooperação para a restauração do Brasil: “as autoridades de Lisboa e Madri discutiram obstinadamente em torno da quota de sacrifícios que devia caber às respectivas Coroas [...]” (BOXER, 1961, p. 61).

A afirmação de que não houve desleixo com a defesa baseia-se em documentos administrativos: “[...] a Espanha devia ter ainda mais interesse do que Portugal na recuperação de Pernambuco, visto como os holandeses encaravam o Brasil apenas como um passo no sentido de alcançar as riquezas da América espanhola, seu último e real objetivo” (BOXER, 1961, p. 61). Alguns documentos da época, portanto, abalam a tradicional tese da negligência de Madri quanto ao Brasil, presente nas próprias “relações históricas” (SILVA, 2016, p. 144-149) em contexto Restauracionista e reproduzido pela historiografia tradicional sobre o tema.

Prosseguindo na análise das esquadras hispânicas, o terceiro socorro veio na forma de uma armada ibérica que partiu do Tejo, em maio de 1631, comandada pelo biscainho Dom Antônio de Oquendo. Apesar de ter partido de Portugal, o aporte lusitano foi inferior ao espanhol, contribuindo com apenas cinco navios pequenos, de um total de vinte e um vasos de guerra (BOXER, 1961, p. 66).

A esquadra de Oquendo, que pode ser considerada como a primeira com a missão de restaurar a colônia, era composta por 2.000 soldados de reforço. Sendo 800 destinados à Bahia, 1.000 mandados para Pernambuco e 200 para a Paraíba. O desembarque ocorreu na Bahia, pois, a essa altura, a WIC já havia se apoderado de Recife. Frei Manoel Calado (2004) narrou:

Sabendo pois o inimigo que a armada de Espanha estava na Bahia com o socorro e da derrota que havia de levar (que de tudo tinha avisos por via dos cristãos-novos), saiu com sua grossa armada ao mar em busca do general d. Antônio de Oquendo, com toda sua gente ajuramentada a vencer ou a morrer, na qual ia por general um valoroso e bravo holandês, chamado o Pater. (CALADO, 2004, p. 30-31)

Apesar da batalha com o Almirante Adriaen Janszoon Pater ter, com efeito, causado baixas entre os neerlandeses, não maiores que as perdas espanholas, a esquadra de Oquendo não foi capaz de se livrar do domínio batavo. Sobre a batalha naval entre Oquendo e Pater, abundam relatos nas crônicas coloniais, como o do autor de *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*:

Oquendo dispôs sua nau capitânia com a inteligência que lhe era própria, dando ordem para que ninguém falasse à exceção dos oficiais maiores de infantaria, mar e artilharia. [...] assim se fez, tanto que viu o gurupés da capitânia inimiga pela popa da sua, junto a ela; e lançou-lhe o arpéu; e como no mesmo ensejo o nosso leme fez manobra obedecendo-lhes a capitânia de tal forma que ficou cingida com a do inimigo, e assim ganhou esta vantagem que dante não tinha, e que foi a sua salvação. (COELHO, 1981, p. 94)

De acordo com Kleber da Silva (2016, p. 144), os relatos de Coelho e Calado, longe de serem relações de sucesso como as elaboradas anteriormente, se enquadram melhor como relações históricas<sup>14</sup>, por terem, no seu universo, o objetivo mais alargado de narrar, não apenas certas expedições ou batalhas, mas a guerra como um todo. Como um “relato-documento”, a maior parte das vezes testemunhal (SIL-

VA, 2016, p. 145-147), as “memórias” de Coelho e o “tratado” de Calado selecionam eventos, com o fito de registrar à posterioridade, não sendo neutros acabam por exprimir análises históricas parciais do período que relatam.

Do outro lado do conflito, o flamengo Johannes de Laet (1916-1925), geógrafo e diretor da WIC, narrou o medo que paralisou muitos soldados da WIC no encontro das duas esquadras: “Quando as frotas estavam a tal distância uma da outra que pôde-se distinguir o tamanho dos navios e contada a artilharia, alguns capitães ficaram tão assustados que não ousaram atacar.”

O resultado da batalha naval de 1631 foi lastimável, como relatou o soldado Ambrósio Richshoffer (1978) em seu diário: “Estavam por dentro e por fora tão salpicados de carne humana, miolos e sangue, que foi preciso raspá-los com vassouras; o que foi horrível de ver-se”. Enquanto a armada neerlandesa passou sufoco, pelo abandono do General Pater pelos seus capitães, a armada espanhola sofreu a humilhação de ter sido derrotada por uma força naval inferior, na avaliação de Dantas Silva (2011, p. 180). Deste modo, teve o comandante espanhol de se contentar com o desembarque do que sobrou de seu reforço na Barra Grande para engrossar as fileiras da resistência.

Ademais, chegavam suportes uma vez por outra no Arraial, como o envio de 700 homens, sendo 300 napolitanos, comandados por Giovanni Vincenzo de San Felice, o Conde de Bagnuolo, como reclamou Duarte de Albuquerque Coelho (1981, p. 88-89) dos saques neerlandeses: “[...] vendo-se o inimigo assim fortificado [...] começou a dividir por aquela costa os seus navios, não só para apresar o que pudessem como porque souberam que nos entravam em alguns portos caravelas de socorro, e queriam estorvá-las”. Na análise do cronista, o caminho por mar era mais fácil

que o por terra, haja vista a dispersão de companhias de emboscadas.

Dentre os reforços trazidos por Oquendo, se encontrava o contingente hispano-napolitano<sup>15</sup> sob a liderança de Conde de Bagnuolo. Mello (2007, p. 29) que advogou que a armada de Oquendo não era propriamente restauradora como fora a de Toledo Osório, uma vez que sua missão era apenas a de transportar. O historiador confirmou que a batalha naval de 1631 não modificou a situação da guerra, mantido o impasse militar (MELLO, 2010, p. 94).

Apesar da crise naval<sup>16</sup>, a Marinha espanhola preparou mais uma esquadra. A quarta armada preparada por Madri para enviar reforços às guerras pernambucanas foi a comandada por D. Luís de Rojas y Borja, veterano das guerras da Flandres. Enviada em setembro de 1635, a esquadra contava com cerca de 2.500 soldados, entre espanhóis, portugueses e italianos, além de levar o novo governador-geral, Pedro Silva, em substituição a Diogo Luís de Oliveira.

O cronista Duarte Coelho (1981, p. 149) narrou a surpresa do general holandês com este socorro hispânico: “O general Segismundo [von Schkoppe] ficou tão desanimado ao reconhecer nossas armadas que, arrojando o bastão e o chapéu, disse: ‘Estou perdido’.” No entanto, a esquadra de Rojas y Borja não conseguiu restaurar o território, nem o poderia fazer, uma vez que estava com o novo governador-geral do Brasil. Por isso, a armada passou pela Bahia primeiro para depois seguir viagem a Pernambuco. Foi também Rojas y Borja quem ficou no lugar de Matias de Albuquerque, que lhe transmitiu o comando da resistência.

Deste modo, D. Luís passou à ofensiva terrestre contra Porto Calvo em janeiro de 1636 auxiliado por 2.600 homens. Contudo, na batalha da Mata Redonda contra as forças do Coronel polonês Crestofle

d'Artischau Artichewsky, Rojas y Borja acabou perdendo a vida. Com a morte do comandante Rojas y Borja, Bagnuolo assumiu o comando e a direção das forças de resistência e continuou com a estratégia das guerrilhas terrestres (BOXER, 1961, p. 89-93).

No mar, a quinta armada enviada pela metrópole partiu do Tejo em direção ao Brasil ainda em 1639, composta por quarenta e seis navios, incluindo vinte e seis grandes galeões, 5.000 soldados, além da tripulação. Tratou-se de um esforço combinado de Madri e de Lisboa para socorrer a colônia, comandado por Dom Fernão de Mascarenhas, Conde da Torre, antigo governador de Ceuta e de Tânger. Conforme Mello (2007, p. 187-189), foi esta uma “ofensiva desesperada dos Habsburgos madrilenos” que “redundou num completo fracasso”.

Em todo caso, Rafael Valladares (2006, p. 36) pesquisou como as tensões políticas entre Lisboa e Madri abarcaram o Atlântico luso na conformação de um mesmo espaço de crise. Em análise do período, o historiador considerou que foi a guerra com Luís XIII desde 1635 o fator chave que atrasou a empresa do Brasil, isto é, a preparação de uma armada capaz de derrubar a potência marítima neerlandesa.

Conforme Valladares (2006), a dificuldade para organizar aquela que seria uma força restauradora chegou a minar a moral do Conde da Torre e o descontentamento por parte de Filipe IV com seus serviços era tamanho que chegou a circular notícia da possibilidade de sua substituição por Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão. Ainda assim, a posição do Conde da Torre, encabeçando a expedição, pode ser explicada por meio da reação de Madri ante os repetidos atos de desobediência lisboeta à administração de Olivares, às vésperas da rebelião de 1640 (VALLADARES, 2006, p. 52).

Nas palavras do historiador, Da Torre havia interiorizado a pulsão autoritária do regime olivarista, sobressaindo-se mais castelhano que muitos portugueses e naturais daquela Coroa (VALLADARES, 2006, p. 57). Seja como for, a armada sofreu muitos infortúnios antes de chegar a Pernambuco. A esquadra precisou permanecer um tempo na Bahia, aguardando a chegada de contingentes e suprimentos de reforço. Segundo Boxer (1961, p. 131-132), nesses dez meses, o Conde da Torre conseguiu praticamente dobrar sua esquadra e se constituiu, com seus oitenta e sete navios e quase 6.000 homens, na “mais poderosa de quantas havia sulcado antes os mares do Brasil”.

Contudo, a estadia na Bahia dessa gigantesca força militar gerou despesas bem maiores, como sopesou Valladares (2006, p. 55). De acordo com o historiador, a esperança do Conde era de obter ajuda pecuniária da câmara da cidade, o que se desenrolou em um verdadeiro duelo negociador, resultando em uma transação na qual à autoridade do governador cabia o primado de ter invocado a expedição e a doutrina de sua justificação. Nesta ocasião, a câmara assumiu os gastos, iniciando um processo de progressiva militarização da Bahia a custo de interferir ou paralisar a vida econômica ou comercial da região e de competir com os senhores de engenho pela mão de obra disponível (VALLADARES, 2006, p. 57).

A respeito desta esquadra, foi o próprio Nassau que reconheceu sua enorme força naval, a qual, se tivesse atacado o Recife no início de 1639, tinha atingido seu objetivo inicial de restaurar as capitanias do Norte ao domínio ibérico, uma vez que os contingentes da WIC estavam desprovidos de forças suficientes para resistir<sup>17</sup>. Contudo, uma esquadra da Companhia perseguiu a hispano-portuguesa, fazendo a guarda costeira do litoral (MELLO, 2010, p. 196-197).

## BATALHAS NAVAIS DE 1640

A armada do Conde da Torre derivou, nos idos do ano 1639, pelo litoral, desde Itamaracá, passando pela Paraíba, até alcançar o Rio Grande, desenvolvendo quatro combates indecisos conhecidos como as batalhas navais de 1640. A vantagem era quase sempre neerlandesa. As batalhas navais ocorridas em 1640 demonstram guerra em ação nos mares. O potencial naval da armada hispânica chegava a ameaçar os neerlandeses. O cronista Gaspar Barleus (1974, p. 226) informou sobre o deslocamento constante dessa esquadra: “É estratagemas usual aos comandantes apresentarem-se num ponto e dirigirem-se para outro”.

Em uma comunicação do Conde João Maurício de Nassau ao Conselho dos XIX, traduzida por José Higino Duarte Pereira e publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1895, há avaliação detalhada do poderio dessa armada e da dimensão dessas batalhas. Nassau explicou as estratégias empregadas pelos contingentes batavos:

O nosso principal cuidado, porém, foi fazermos-nos fortes no mar, por estarmos certos de que, se pudéssemos dominar o nosso inimigo no mar e impedir-lhe que desembarcasse ou destruir-lhe a armada, seria esta a circunstância capital para a desejada vitória. Que se ele, pelo contrário, não molestado no mar, desembarcasse em alguma parte, ocasionaria uma guerra duradoura, o estrago na terra e a ruína da Companhia das Índias Ocidentais, ainda quando afinal o viéssemos a vencer em terra. Mas que valiam dezoito ou vinte navios contra uma armada tão poderosa? (PEREIRA, 1895, p. 3)

Assim, Nassau atesta o perigo que a armada hispânica comandada pelo Con-

de da Torre representou entre as tropas da WIC. José Higino (1895, p. 2) estima que a poderosa armada hispânica, com o objetivo de “restaurar o domínio espanhol naquela parte do Brasil, atacando a colônia holandesa por mar e por terra”, contava com 86 velas e 11 mil homens na altura que Nassau escreve ao Conselho dos XIX.

Diante da ameaça naval, pois mesmo sem desembarcar em Pernambuco, a armada do Conde da Torre margeava a costa e atacava pontos de dominação neerlandesa, Nassau comandava a resistência: “Convindo lançar mão de tudo quanto pudesse concorrer para aumentar a nossa força já pelo número dos navios e já pelo poder e capacidade para a ofensiva e a defensiva, julgamos necessário fretar também os navios *Zael*, *Júpiter*, *Liefde* de *Medenblich* e *Leeuwine* [...]” (PEREIRA, 1895, p. 9).

O governador expôs: “Receávamos então que os espanhóis desembarcassem aqui em algum ponto destas cercanias antes que a nossa frota estivesse à mão.” (PEREIRA, 1895, p. 13) Contudo, o pavor de Nassau em perder o território acabou não se confirmando, mesmo após quatro dias de batalhas, desenvolvidas entre 13 e 17 de janeiro de 1640 em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Também o relato do cronista Barleus (1974, p. 226-227) é exemplar na avaliação das forças em jogo: “Na balança da fortuna estão suspensas a honra do rei da Espanha e a da Companhia das Índias Ocidentais. Estas duas esquadras conduzem o domínio do Brasil: se triunfar a nossa, está-nos garantida a dominação; no caso contrário, caberá ao espanhol.”

O resultado das batalhas foi incerto, mas as fontes narram a eficiência dos neerlandeses ao impedirem o desembarque da armada hispânica, sendo atribuída à vitória a WIC. Nassau<sup>18</sup> foi muito louvado pelo reverendo Vicent Soler: “Atribuo a Sua Excelência somente, depois de Deus,

a glória numa vitória tão assinalada [...].” (TEENSMAN, 1999, p. 81-82)

No final, a armada hispânica desintegrou-se e seguiu rumo ao Caribe e à Península Ibérica, desembarcando antes, cerca de 1.200 soldados luso-brasileiros, capitaneados por Luís Barbalho Bezerra, na Baía de Touros (Rio Grande) com destino à Bahia pelo interior do território (MELLO, 2010, p. 197). Conde da Torre continuou comandando, em terra, ao enviar ordens expressas de destruição dos engenhos a fim dificultar a situação para os neerlandeses.

A acusação de Madri como culpada pela perda do território parece estar saliente nas relações históricas da época, tendo sido reproduzida pela historiografia dedicada ao período. Ao elencar o rol dos considerados culpados pela perda das capitânicas do Norte, Mello (2007, p. 12) tenta desconstruir os mitos que envolvem as questões da resistência e da colaboração aos neerlandeses. No entanto, ao tratar da particularidade das guerras pernambucanas<sup>19</sup>, o historiador não contrasta as questões da resistência e da colaboração, desconstruindo apenas a plêiade de traidores apontados pela historiografia precedente, mas reproduzindo, em certa medida, a memória acostuada a exaltar o ponto de vista da resistência.

Na análise de Valladares (2006, p. 40), a natureza “estrangeira” da dinastia hispânica e os acontecimentos que se desenvolveram após o fracasso da expedição de 1640, sobretudo a rebelião brigantina em Lisboa naquele mesmo ano e a queda de Olivares em 1643, contribuíram para a identificação entre o Conde-Duque e a guerra lenta, desde as narrativas dos cronistas até as interpretações historiográficas. Tal associação seria a base da acusação de que Madri estava empenhada, em meio à crise do século XVII, a enfraquecer Portugal e seu império para melhor domi-

ná-lo.

Nestes termos, Valladares (2006) explicou que esse discurso, isto é, a incúria madrilena associada à guerra lenta, se converteu em um nutriente de brigantismo ao calor da Restauração portuguesa de 1640. Sendo, portanto, usado em Lisboa, embora a formulação mais completa tenha nascido na Corte de Filipe IV, através de Duarte de Albuquerque Coelho, quarto capitão donatário de Pernambuco, autor de *Memórias diárias da guerra do Brasil* e irmão de Matias de Albuquerque, comandante das forças de resistência luso-brasileiras. Na verdade, a guerra lenta figura como uma opção na crônica de Coelho (1981) por temor que uma intervenção real contundente comandada por Madri resultasse na expropriação da capitania da importante família donatária (VALLADARES, 2006, p. 40).

## **MALOGROS HISPÂNICOS**

Na historiografia, os estudos acusaram Madri de negligência ao aperto que Pernambuco passava a partir da chegada dos neerlandeses. Tal acusação da incúria metropolitana nasce, no entanto, nos próprios relatos produzidos no século XVII, organizados por Silva (2016) em relações de sucessos, em relações históricas e nas histórias propriamente ditas. Estas últimas abarcando obras como as de Brito Freire (2001) e Raphael de Jesus (1844), uma vez que contém síntese política ou moral da guerra, escrita a partir da coletânea dos testemunhos anteriores.

Na leitura do Brasil Holandês pela chave interpretativa da União Dinástica, procurou-se contestar essa afirmação através da análise das fontes históricas. Tais fontes, tratadas genericamente como crônicas, enquanto discurso sobre o passado construído em meio aos conflitos políticos, bélicos e diplomáticos (CARVALHO, 2012), no caso sobre as guerras pernambucanas.

bucanas, acrescidas de correspondências do período, permitem perceber desde queixas de lentidão e insuficiência de reforços até a acusação de abandono madrileno, sobretudo, no contexto Restauracionista português, como parte do discurso central dos restauradores, não obstante a saliente enumeração das esquadras enviadas na década de 1620 e 1630.

Em que pese o malogro das armadas luso-espanholas enviadas pela Monarquia Hispânica, pelo menos as grandes esquadras comandadas por D. Fradique de Toledo Osório, D. Antônio de Oquendo, D. Luís de Rojas y Borja e D. Fernão de Mascarenhas, além do envio da pequena esquadra que acompanhou o comandante da resistência, Matias de Albuquerque, demonstram que Madri não permaneceu inerte diante dos ataques da Companhia das Índias no Brasil. De modo inverso, o envio de expedições restauradoras até o ano de 1640 demonstra o interesse da administração filipina no território colonial português.

A despeito dos esforços hispânicos comprovados a partir do envio de cinco esquadras, como se sabe, foi impossível ao poderio espanhol, durante o tempo da União Dinástica, encerrado em 1640, derrotar a Marinha neerlandesa. Por isso, Lenk (2013, p. 55) justificou a opção da guerra lenta a fim de atralhar, tanto quanto fosse possível, a extração dos lucros das capitâneas recém-conquistadas por parte dos neerlandeses.

Apesar da manutenção da guerra lenta, cuja estratégia foi descrita por Ferlini (2010, p. 84) como: “[...] deixar aos holandeses o controle das praças-fortes e manter o da zona produtora de açúcar à espera de uma intervenção da Armada naval, quando isso fosse realizável”, as armadas de socorro chegaram a ser enviadas até o ano da separação dinástica da Coroa portuguesa. Tais tentativas navais de socorro atestam, na esteira das recentes pesqui-

sas sobre a União Dinástica, que o Atlântico era estratégico e rentável à Espanha pelo comércio de especiarias e escravos, rejeitando as interpretações clássicas que afirmavam o papel secundário do Brasil na política dos Habsburgos.

Problematizando o emprego da expressão “guerra lenta”, Valladares (2006, p. 39) revela o contrassenso – uma vez que uma guerra requer dinamismo e movimento, contrário ao adjetivo lenta – e a intencionalidade política de seu uso, justificando que, na fila das prioridades hispânicas, basicamente centradas na Europa, a defesa do Brasil ocuparia segundo plano. Eis o que restou: a opção por uma guerra defensiva, como ressaltaram os próprios cronistas da época.

Segundo o historiador, a sutil expressão visava à tentativa de individualizar a contenda brasileira do conflito hispano-holandês, dotando a reivindicação pernambucana que era, na verdade, uma reivindicação da família Coelho em parceria local, de uma legitimidade suscetível a compensações por parte da Coroa (VALLADARES, 2006, p. 39-40). Isto significa que a morosidade do conflito era benéfica para alguns, devendo ser interpretada dentro de uma “cultura política regulada pelo velho mecanismo do serviço em troca de mercê”.

Valladares (2006, p. 39) discute, assim, que só por ter organizado, por iniciativa da Monarquia Hispânica, em apenas um ano, de 1638 a 1639, as armadas de Oquendo e do Conde da Torre, destinadas, respectivamente, ao Canal da Mancha e a Pernambuco, é possível refletir até que ponto a “frente brasileira” figurava como o reverso de uma mesma moeda, cujo verso brilhava a causa da Flandres.

É neste sentido que a necessária revisão sobre os impactos do tempo dos Filipes para o Brasil tem sido feita no bojo das pesquisas das últimas décadas. Ferli-

ni (2010, p. 74-79) indicou, dentre as modificações no âmbito colonial na época da dominação espanhola, sua consequência mais direta, qual seja, a intensificação dos ataques de corsários neerlandeses aos navios carregados de mercadores do Brasil, seguida pela apropriação do território pela WIC, inimigo hispânico herdado com a União Dinástica.

Mesmo com o domínio holandês se estabelecendo nas décadas de 1620 e 1630, primeiras do tempo dos flamengos e finais do tempo dos Filipes, a Marinha hispânica tentou fazer frente à poderosa neerlandesa. O desenrolar de batalhas navais, tanto em 1631 entre Oquendo e Pater, quanto em 1640 entre Conde da Torre e Nassau, demonstram o esforço hispânico de enfrentar a supremacia neerlandesa para tentar recuperar as capitânicas açucareiras.

De acordo com Valladares (2006, p. 63), entre 1638 e 1639, a Marinha hispânica dispôs do maior poder naval de sua história e, contando com ambas armadas – do Conde da Torre rumo ao Brasil e de Oquendo em direção ao Mar do Norte – Filipe IV teria despachado uma força que totaliza duzentos navios, iniciativas impossíveis de serem qualificadas como descaso, embora o êxito seja discutível.

Nas palavras do historiador, o tempo demonstrou que a fratura política desta exibição de força e autoridade por parte da Monarquia Hispânica, superou seu potencial econômico, uma vez que, pelo menos na armada do Conde da Torre, Madri despachou uma esquadra mal abastecida de Lisboa que não socorreu devidamente o Brasil, cabendo aos moradores locais auxiliar a empresa com seus próprios intentos (VALLADARES, 2006, p. 63).

Assim, o argumento da incúria consta nas fontes da época, sobre as quais se baseou o discurso historiográfico. Foi o próprio Conde da Torre, vassalo leal, embora crítico ante Madri, que não deixou de se

dirigir à Corte para reclamar da política filipina em terras portuguesas, em suas petições repletas de queixas de abandono de acabou tendo que silenciar e desdizer (VALLADARES, 2006, p. 63).

Na perspectiva da história conectada (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 170), o Brasil Holandês representou um capítulo do “teatro de operações bélicas de escala mundial”. O período da União Dinástica pode ser caracterizado pelo avanço na legislação de proteção aos indígenas; pela reorganização dos limites territoriais a partir da divisão em dois Estados (1621); pela reorganização institucional com a criação do Conselho da Índia e da Relação da Bahia (1609); pela elaboração das Ordenações Filipinas (1603); e pela defesa da costa do Brasil através da construção de fortificações em linha (SANTOS PÉREZ, 2016, p. 169-170).

Em balanço recentemente publicado, Ronaldo Vainfas (2017, p. 33) defendeu o estudo da colonização como problema investigativo nas pesquisas sobre o período filipino, através de nexos entre Brasil seiscentista e governança filipina, e “não apenas como acidente de percurso ou detalhe cronológico”. Vainfas (2017, p. 31) reclamou que, apesar dos avanços, carecem de estudo, ainda, variadas temáticas, entre as quais o reforço militar das fortalezas litorâneas.

O historiador aponta que, ao contrário das interpretações clássicas, a União Dinástica não representou um período de frouxo controle metropolitano sobre o Brasil, uma vez que Castela introduziu novas práticas administrativas, movida por um modelo colonizador inspirado na experiência castelhana no México e no Peru (VAINFAS, 2017, p. 33). E Castela “mais não fez porque a Coroa sofreu diversos reveses, sobretudo na primeira metade do século XVII”, complementou Vainfas (2017, p. 33), em referência ao contexto das décadas de 1630 e 1640.

Para Valladares (2001, p. 25), a política dos Habsburgos no Brasil significou o mesmo que em Portugal, isto é, uma grande tentativa de revigorar a autoridade da Coroa. Neste sentido, o fracasso militar dos anos 1638 e 1639, em comparação com a expedição restauradora da Bahia, de 1625, só pode ser explicado pelo contexto de crise política das décadas seguintes. O regime de Olivares intensificou a luta entre facções políticas, alterando o equilíbrio com sua “política de exigências fiscais, militares e administrativas, o que levou as divisões preexistentes a rupturas irreconciliáveis” (VALLADARES, 2006, p. 65). Valladares (2006) concluiu que os Filipes perderam Pernambuco em duas guerras simultâneas, uma vez que a derrota no entendimento com seus próprios vassalos condicionou o fracasso contra o inimigo neerlandês.

Quanto à fraqueza naval das esquadras hispânicas, é preciso contextualizar a conjuntura que caminhou até o ano de 1640, cuja Monarquia enfrentava desafios em diferentes frentes. Na década de 1640, quase simultaneamente, Espanha teve que lidar com: as alterações de Évora (1637); a revolta na Catalunha (junho de 1640); a conjuração portuguesa em consequência à abolição do Conselho de Portugal (1639), que levou à invasão do Paço da Ribeira em 1º de dezembro (1640) e abriu a guerra de restauração da autonomia portuguesa (1640-1668); e questões diplomáticas que envolviam o reconhecimento da independência dos Países Baixos, concluídas com a Paz de Westfália <sup>20</sup>(1648) (VAINFAS, 2009, p. 82-100).

No bojo das negociações diplomáticas no “teatro europeu”, na expressão de Santos Pérez (2016), Mello (2011) explicou a tensão que envolveu o reconhecimento da autonomia portuguesa pela Espanha e a barganha do apoio neerlandês, à época, com sua independência encaminhada, quando chegaram as notícias da rebelião

que estourara em 1645 na colônia. Nas palavras de Mello (2011):

A guerra do Brasil criara um conflito desnecessário; mais imperdoável ainda, prejudicara a reputação da Coroa, deixando visível sua impotência para liquidar o domínio batavo no Nordeste e habilitando a WIC a sensibilizar os Estados Gerais para suas dificuldades financeiras. (MELLO, 2011, p. 89)

No cenário europeu, os entendimentos hispano-neerlandeses progrediram em 1646, devido ao interesse do príncipe de Orange no fim da guerra, ao passo que as esperanças lisboetas de obter o reconhecimento da autonomia da Coroa pela via diplomática fracassavam (MELLO, 2011, p. 85), cuja abordagem extrapola ao limite temático do presente trabalho.

Enfim, na fase marítima do conflito hispano-holandês, a partir do século XVII, não somente com a posse do território, mas desde a navegação corsária no litoral atlântico, o palco da velha contenda europeia ganhou feições ultramarinas. O socorro hispânico (representado pelo envio das armadas ao antigo território português em tempos de União Dinástica) bem como o desenvolvimento de sangrentas batalhas navais nos primeiros anos do Brasil Holandês apontam que o abandono de um território ultramarino, quanto mais das rentáveis capitânias açucareiras, precisa ser relativizado ao tentar compreender a lógica administrativa da Monarquia dos Habsburgos.

Deste modo, forças hispânicas continuaram sendo enviadas para restaurar o território colonial até a separação das Coroa ibéricas (1640). Algumas com capacidades limitadas, outras mais aparelhadas ao ponto de assustar os soldados da WIC, como atestam as fontes, o fato é que o poder naval hispânico, ainda que inferior à supremacia neerlandesa, não se deixou de fazer presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES HISTÓRICAS

BARLEUS, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados durante oito anos no Brasil* (Original de 1647). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. v. 2. Coimbra: Collégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. Recife: CEPE, 2004.

“Carta de Vicent Soler a André Rivet, Maurícia, 10 set. 1640.” In: TEENSMA, B. N. (Org). *Dezessete cartas de Vicent Joaquim Soler, 1636-1643*. Trad. B. N Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999. p. 78-86.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade, 1981.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. (Original de 1757). Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

JESUS, Frei Rafael de. *Castrioto Lusitano; ou, História da Guerra entre o Brasil e a Holanda, durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela valorosa restauração de Pernambuco e das capitânicas confinantes* (manuscrito de 1675). Paris: J. P. Aillaud, 1844.

“João Maurício de Nassau e Conselho Supremo do Brasil ao Conselho dos XIX, 2 mar. 1640.” In: PEREIRA, José Higinio Duarte. “Batalha naval de 1640 e outras peripécias da guerra holandesa no Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 58, v. 91, parte 1, p. 1-58, 1895.

LAET, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636* (original de 1664). Trad. José Higinio Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916-25.

“Memória oferecida ao Conselho Político do Recife por Adriaen Verdonck em 1630.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (ed.). *Fontes para a história do Brasil Holandês: a economia açucareira*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes/Companhia Editora de Pernambuco, 1981. p. 33-46.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. (Original de 1730). [Introdução e notas de Pedro Calmon] Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. (original de 1677). São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1978.

SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil, 1500-1627*. (Original de 1627). São Paulo: Melhoramentos, 1965.

## **REFERÊNCIAS TEÓRICAS**

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes*. Política, cultura e representações (1580 – 1668). Lisboa: Cosmos, 2000.

BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. (Original de 1957) Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

CARANDE, Ramón. *Carlos V y sus banqueros*. Barcelona: Crítica, 2000.

CARDOZO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626), *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.

CARVALHO, Roberta Lobão. *Crônica e História: a Companhia de Jesus e a Construção da História do Maranhão (1698-1759)*. 206f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. (coord.). *História de Portugal*. Vol. III: No alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Estampa, 1997. p. 552-559.

EBERT, Christopher. *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550-1630*. Leiden-Boston: Brill, 2008.

ELLIOT, John. *España en Europa*. Estudios de Historia Comparada. Valência: Universidad De Valência, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. (Original de 1959). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1975.

FERLINI, Vera. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic. Its Rise, Gratness and Fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon University Press, 1995.

LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013.

MÉCHOULAN, Henry. *Dinheiro e Liberdade*. Amsterdã no Tempo de Spinoza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MEGIANI, Ana Paula et al. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*. Novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.) *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal e os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

RICUPERO, Rodrigo. O Brasil e Filipe IV: uma aproximação. In: MEGIANI, Ana Paula et al. (Orgs.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*. Novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2014. p. 145-156.

RUIZ, Rafael. The Spanish-Dutch War and the Policy of the Spanish Crown Toward the Town of São Paulo, *Itinerário*, n. 26, vol. 1, 2002.

SANTOS PÉREZ, José Manuel. *Histórias conectadas*. Ensaios sobre história global, comparada e colonial na Idade Moderna. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart. Luso Spanish relations in Hapsburg Brazil, *The Americas*, n. 25, v.1, p. 22-48, jul. 1968.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a Escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Kleber Clementino da. *Política e historiografia nas narrativas lusocastelhanas seiscentistas da guerra holandesa no Atlântico Sul. 277f*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2016.

SILVA, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 2. ed. Recife: Caleidoscópio, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa, *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 82-100, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Tempo dos Filipes no Brasil Colonial: enfoques historiográficos, possibilidades de investigação, *Revista Maracanan*, n. 16, p. 14-33, jan./jun. 2017.

VALLADARES, Rafael. Las dos guerras de Pernambuco. La armada del conde da Torre y la crisis del Portugal hispánico (1638-1641). In: SANTOS PÉREZ, José Manuel; SOUZA, George F. Cabral de. (Orgs.). *El desafío holandês al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006. p. 33-66.

VALLADARES, Rafael. Opulencia y “guerra lenta”. Los Brasiles en el tiempo de los Austrias. In: GONZÁLEZ, Elda; MORENO, Alfredo; SEVILLA, Rosario. (Orgs.). *Reflexiones en torno a 500 años de historia de Brasil*. Madrid: Catriel, 2001. p. 11-28.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil*. 10. ed. (Original de 1854-1857) Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. Um capítulo da história colonial do século XVII. (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> A respeito dos conquistadores do norte açucareiro do Brasil, há uma questão terminológica digna de nota: a documentação portuguesa do século XVII utiliza os termos “holandeses” e “flamengos” como sinônimos. De início, reconhece-se a imprecisão lexical, pois “flamengo” designa os povos e a língua da Flandres (região norte da atual Bélgica), onde estão localizadas Antuérpia e Bruxelas (região sul da atual Bélgica). Quanto ao termo “holandeses”, refere-se aos naturais da Holanda. Devido à sua amplitude, a historiografia tem preferido o termo “neerlandeses”, por englobar todos os naturais da Neerlândia, isto é, os Países Baixos, linha seguida no presente artigo.

<sup>2</sup> A eficiência policial mencionada por Méchoulan (1992, p. 20) refere-se à eficácia de uma rede de espionagem organizada por Filipe II que se encarregava de manter a comunicação as Províncias do Norte desde 1559. As correspondências delatavam heréticos e ordenavam a sua imediata prisão.

<sup>3</sup> O termo usado para as províncias que assinaram a União de Utrecht foi “Terra dos Países Baixos”. Contudo, no momento da Paz de Westfália, em 1648, *republick* tornara-se o termo mais comum (SCHAMA, 1992, p. 64).

<sup>4</sup> Sobre a Guerra dos Oitenta Anos, é possível considerar que: entrelaçou-se com as guerras religiosas que marcavam o continente desde a eclosão da Reforma Protestante; imbricou-se com a principal guerra seiscentista, a Guerra dos Trinta Anos; prolongou-se em disputas coloniais na Ásia, na África e na América.

<sup>5</sup> D. Sebastião lutou em defesa do reino cristão contra as tropas africanas do xarife de Fez Mouly Malik em 1578, findando a transição de um Estado medieval, em tentativa de afirmação do poder por um Estado Moderno, movido por um espírito cruzadístico, a fim de mostrar-se tão forte quanto o vizinho ibérico. (HERMANN, 1998)

<sup>6</sup> No uso do direito de hereditariedade, Filipe II invadiu Portugal contra as tropas de D. Antônio, o Prior do Crato, em agosto de 1580, dando origem à batalha de Alcântara (CUNHA, 1997, p. 552).

<sup>7</sup> Como expedientes institucionais, foram criados o Conselho de Portugal e a figura dos Vice-Reis/ Governadores no sentido de suprir a ausência que muitas vezes gerava crise na Monarquia. (BOUZA ÁLVAREZ, 2000, p. 24).

<sup>8</sup> Exemplo clássico o de Faoro (1975, p. 180-181) que, ao defender a colonização patrimonial, estabelece continuidades entre as governações coloniais avisina – filipina – brigantina, guiado pela ideia de transplante do modelo ibérico ao Brasil.

<sup>9</sup> Para uma abordagem das tradições historiográficas brasileiras sobre o “tempo dos Filipes no Brasil”, ver Vainfas (2017).

<sup>10</sup> Segundo Lenk (2013, p. 36), o ataque holandês em Salvador já era esperado: “Desde o fim da trégua, em 1621, era plausível que o reinício do conflito hispano-neerlandês transbordasse sobre a América portuguesa”.

<sup>11</sup> Os cronistas designaram de *guerra brasilica* a “guerra no mato”, série de guerrilhas que diferem das guerras europeias modernas pelo uso de táticas locais pelos resistentes. Uso mais conhecido é do português Francisco de Brito Freire (2001).

<sup>12</sup> Pondera-se, porém, que o argumento da incúria metropolitana é discutível, mas a questão do pequeno quantitativo de esforços enviados é incontestável. De fato, as armadas hispânicas, com exceção daquela que restaurou Salvador em 1625, não foram suficientes frente ao tamanho das investidas neerlandesas, eis a força decisiva dos contingentes locais para expulsar os neerlandeses na restauração, defendida por Mello (2008).

<sup>13</sup> No documento, Adriaen Verdonck informa que Pernambuco era abastecido pelas Alagoas e pelo Rio Grande, locais de onde vinham o gado, a mandioca, o fumo, o milho entre outros produtos. (MELLO, 1981, p. 33-34).

<sup>14</sup> Nas palavras de Silva (2016, p. 144): “As relações históricas constituem uma intervenção historiográfica e política dotada de certa especificidade, não obstante de difícil delimitação, pois não foram objeto de teorização nem de categorização no Seiscentos.”

<sup>15</sup> Evaldo Cabral de Mello (2007, p. 188) responsabilizou a feição multiétnica ou multinacional dos exércitos por agigantar as tensões internas do conflito. Entre as tropas da resistência, além de portugueses, castelhanos e italianos do contingente hispano-napolitano, havia “gente da terra” (WÄTJEN, 2004, p. 187). Entre as tropas neerlandesas, além das províncias, havia ingleses, escoceses, franceses, poloneses, alemães e belgas (MIRANDA, 2014, p. 55). Bruno Miranda (2014, p. 52) apontou que não se trata de uma exclusividade das guerras pernambucanas: “[...] virtualmente todos os exércitos europeus dos séculos XVI e XVII agregavam misturas no sentido de que eram compostos, em variadas proporções, de tropas nativas e tropas estrangeiras”.

<sup>16</sup> Os anos 1630 foram críticos para a Marinha espanhola, devido à queda no comércio com América, ao declínio das remessas de prata e ao acréscimo das despesas militares na Europa, situação que só melhorou a partir de 1637 (MELLO, 2007, p. 31).

<sup>17</sup> Mello (2010, p. 196, 206) pontua que o território holandês passava por um quadro de desabastecimento e por precárias condições no exército da WIC. Tal carestia foi um problema jamais resolvido pelo governo flamengo.

<sup>18</sup> Além das batalhas navais, Nassau lidou com campanhas de ataque vindos da Bahia. O fim das

hostilidades só ocorreu por negociação com o Vice-Rei Marquês de Montalvão, na restauração portuguesa (MELLO, 2010, p. 215).

<sup>19</sup> De acordo com Mello (2007, p. 14), foram “guerras do açúcar” porque o açúcar foi não apenas o objetivo da conquista, mas também financiou a maior parte das guerras pernambucanas no século XVII.

<sup>20</sup> Vale lembrar que a Paz de Westfália também tratou do encerramento da guerra contra a França, ocorrida nesses anos.

